



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS  
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

**ESTUDOS SOBRE MEIO AMBIENTE E GÊNERO: um balanço bibliográfico do  
Ecofeminismo**

**BRASÍLIA  
2023**

**JÉSSICA OLIVEIRA VIEIRA**

**ESTUDOS SOBRE MEIO AMBIENTE E GÊNERO: um balanço bibliográfico do  
Ecofeminismo**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientadora: Professora Fernanda Luiza Silva de Medeiros

**BRASÍLIA  
2023**

**JÉSSICA OLIVEIRA VIEIRA**

**ESTUDOS SOBRE MEIO AMBIENTE E GÊNERO: um balanço bibliográfico do  
Ecofeminismo**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientadora: Professora Fernanda Luiza Silva de Medeiros

**BRASÍLIA, DIA MÊS ANO**

**BANCA AVALIADORA**

---

**Professor(a) Orientador(a)**

---

**Professor(a) Avaliador(a)**

**Título do artigo: ESTUDOS SOBRE MEIO AMBIENTE E GÊNERO: um balanço bibliográfico do Ecofeminismo**

## **AGRADECIMENTOS**

O processo de escrita e pesquisa é muitas vezes introvertido e solitário, contudo, o mesmo não pode ser dito sobre os quatro anos precedentes que finalizam com este artigo. Guris, muito obrigada!

Agradeço às minhas amigas, aos amigos, e à minha família pela motivação, por acolher as reclamações da rotina de trabalho combinada com os estudos, e pelo carinho.

Obrigada Professora Fernanda, minha orientadora, pelos comentários e suporte.

Dedico este trabalho a todas as meninas e mulheres que confiam no poder transformador da educação, na esperança de que também tenham a oportunidade de concluir seus sonhos!

## **Estudos sobre meio ambiente e gênero: um balanço bibliográfico do Ecofeminismo**

### **Studies on environment and gender: a bibliographical review of Ecofeminism**

#### **Resumo**

O presente artigo apresenta um balanço bibliográfico da teoria e prática do Ecofeminismo, demonstrando as intersecções entre meio ambiente e gênero e seus respectivos desencadeamentos, sobretudo, para as mulheres. O surgimento do Ecofeminismo adveio da junção do movimento feminista e ecológico, a partir da identificação do patriarcado como uma força subjacente que sustenta tanto a dominação das mulheres quanto a degradação ambiental, criando uma relação hierárquica na qual os homens exercem poder, seja sobre outras pessoas, países, ou em relação ao meio ambiente, por meios de controle a nível pessoal e estatal. Além de embasar-se na própria Teoria Ecofeminista, a pesquisa empregou a Teoria Feminista de Relações Internacionais, levando a uma análise interpretativa de orientação construtivista. Observa-se que, do surgimento do Ecofeminismo em 1970 para os dias atuais, a crise ambiental e climática agravou-se, ao mesmo tempo em que a desproporcionalidade das relações de gênero mantiveram-se presentes. De situações cotidianas de aparente normalidade à extremos pós-desastres, as mulheres sofrem desproporcionalmente os efeitos das mudanças climáticas. Portanto, em um contexto em que a temática ambiental e sustentável é fonte fundamental de debate e em franco desenvolvimento no quadro das relações e agendas internacionais, a incorporação da perspectiva de gênero é fundamental para o desenho de soluções que considerem as especificidades dos papéis sociais desempenhados pelas mulheres e a incorporação de conhecimentos específicos.

**Palavras-chave:** Ecofeminismo; gênero; meio ambiente; mudança climática.

#### **Abstract**

This article provides a bibliographical review of the theory and practice of Ecofeminism, demonstrating the intersections between environment and gender and their respective ramifications, especially for women. The emergence of Ecofeminism originated from the merging of the feminist and ecological movements, identifying patriarchy as an underlying force that sustains both the domination of women and environmental degradation; creating a hierarchical relationship in which men exercise power over other individuals, countries, or the environment, through personal and state-level control. In addition to being grounded in Ecofeminist Theory itself, the research employed Feminist International Relations Theory, leading to a constructivist-oriented interpretative analysis. It is observed that, from the emergence of Ecofeminism in the 1970s to the present day, the environmental and climate crisis has worsened, while gender relations' inequalities have remained present. From everyday situations of apparent ordinariness to post-disaster extremes, women disproportionately bear the effects of climate change. Therefore, in a context where environmental and sustainable issues are fundamental sources of debate and are actively developing within the framework of international relations and agendas, gender mainstreaming application is essential for designing solutions that encompass the specific social roles played by women and their specific knowledge.

**Keywords:** Ecofeminism; gender; environment; climate change.

## 1. INTRODUÇÃO

Em um contexto em que a temática ambiental e sustentável é fonte fundamental de debate e em franco desenvolvimento no quadro das relações e agendas internacionais (Carvalho-Pinto e Fleschenberg, 2019; Julián e Molina, 2013); tendo em vista que as mudanças climáticas tornaram-se um domínio urgente da segurança humana coletiva (Kaul e Buchanan, 2023); e sabendo que as mulheres são particularmente mais vulneráveis durante e após desastres climáticos (Alston, 2014), este artigo apresenta um balanço bibliográfico do Ecofeminismo, a partir do desenvolvimento do campo teórico e prático, demonstrando as intersecções entre meio ambiente e gênero e seus respectivos encadeamentos, sobretudo, para as mulheres.

Em princípio, o que uniu o movimento feminista ao ecológico, dando origem ao Ecofeminismo, foi a percepção de que as disparidades de gênero e a relação de usurpação da natureza tem um denominador comum: uma relação hierárquica na qual os homens exercem poder, seja sobre outras pessoas, países, ou em relação ao meio ambiente, a partir de meios de controle a nível pessoal e estatal. Na década de 1970, ao mesmo tempo em que cresciam as reivindicações em relação à desproporcionalidade das relações de gênero, aumentava, de igual maneira, a atenção para a crise ambiental e climática que se avizinhava.

Hoje, sabe-se que as mudanças climáticas representam uma emergência relevante na experiência global do século XXI, com o aumento de eventos climáticos catastróficos e seus respectivos desencadeamentos, e, tem-se ainda, evidências concretas de que vivemos no Antropoceno, marcado por mudanças climáticas e pela extinção de espécies. Além disso, a mudança climática causada pelo ser humano tem afetado muitos extremos climáticos em todas as regiões do globo, levando a impactos adversos generalizados e a perdas e danos relacionados à natureza e às pessoas (IPCC, 2023). Sobretudo, mulheres e crianças são impactadas de formas diferentes por estes eventos em comparação aos homens e as disparidades de gênero podem ser apontadas como agentes que instrumentalizam essa realidade.

Assim, de forma a examinar o tema proposto e a aprofundar os estudos sobre o Ecofeminismo, o artigo está dividido em seções que elencam a Teoria Feminista de Relações Internacionais, com destaque para os estudos de gênero; perpassando

diferentes vertentes do Ecofeminismo, nomeadamente, essencialista, espiritualista, e construtivista; encerrando com uma discussão crítica e os apontamentos finais.

## 2. TEORIA FEMINISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: LENTES DE GÊNERO

Ao trazer a abordagem de gênero, além de jogar luz nas experiências e nas contribuições das mulheres, ressaltam-se também as relações de poder e a maneira como as políticas internacionais são constituídas, estudadas e implementadas (Tickner e Sjoberg, 2013). Adicionalmente, sabe-se que as mulheres e as crianças são afetadas desproporcionalmente por problemas ambientais e por desastres ecológicos em comparação aos homens (Alston, 2014; Shiva e Mies, 2014; Porto, 2023), tendo em vista o acesso limitado a recursos, a dependência a meios de subsistência agrícola, e a relativa falta de renda (Bloodhart e Swim, 2010). Ainda, a vulnerabilidade de gênero é agravada pela perda de controle sobre os recursos naturais, pela maior exposição a condições de insegurança e violência, e por suas responsabilidades com os idosos e com as crianças, o que aumenta os riscos de morte e violência após um evento climático (Alston, 2014).

Quando se trata de questões ambientais, pesquisas recentes indicam que as mudanças climáticas têm impactos de gênero significativos, no entanto, as políticas e práticas desenvolvidas para desenhar estratégias de mitigação e adaptação não incorporam a perspectiva de gênero (*gender mainstreaming*)<sup>1</sup>. Este quadro reforça a contribuição de “lentes de gênero” na análise de temas internacionais e ambientais. Além disso, como conceptualizado por Nitasha Kaul e Tom Buchanan (2023), é importante entender que “gênero representa poder e feminização uma desvalorização” (p. 3, tradução nossa). Por conseguinte, o gênero está profundamente interligado em quaisquer discussões sobre as mudanças climáticas (ibid., 2023).

Para Spike Peterson e Anne Sisson Runyan (2010), as questões de gênero representam uma relação hierárquica, na qual maior valor é atribuído ao que é

---

<sup>1</sup> Processo de avaliar as implicações para mulheres e homens de qualquer ação planejada, incluindo legislação, políticas ou programas, em todas as áreas e em todos os níveis. É uma estratégia para tornar as preocupações e experiências das mulheres, assim como dos homens, uma dimensão integral do desenho, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, econômicas e sociais, para que mulheres e homens se beneficiem igualmente e a desigualdade não seja perpetuada. O objetivo final é alcançar a igualdade de gênero (ECOSOC, 1997 apud UN Women [s.d]).

masculino e menor valor ao feminino. Sob esse aspecto, as Teorias Feministas de Relações Internacionais apresentam uma crítica à metodologia e ao foco das teorias dominantes de Relações Internacionais, que refletem as experiências dos homens, a partir da exclusão das mulheres (Confortini, 2012). Outrossim, se a relação entre governos, corporações e organizações internacionais depende da construção de mulheres como símbolos (Enloe, 2014), a relação homem natureza também se sustenta em uma condição de exploração, controle e simbologia.

As Teorias Feministas questionam ainda as razões pelas quais as mulheres foram excluídas da arena pública, sendo subordinadas ao contexto doméstico (Tickner e Sjoberg, 2013). Marysia Zalewski (2015) aponta que as perspectivas feministas levam as mulheres a sério e refletem as experiências cotidianas para ilustrar onde as mulheres estão na política internacional. Igualmente, Alicia Puleo (2013) expõe que a perspectiva de gênero é uma poderosa ferramenta de análise para compreender os processos culturais que constroem as identidades sexuais, e que serve para tornar visíveis a desigualdade, a discriminação e os preconceitos de gênero. Assim, as Teorias Feministas desvendam o papel construído da representação feminina para demonstrar como a subjugação das mulheres é parte central do exercício de poder (Vieira, 2022). De igual maneira, a Teoria Ecofeminista expõe e questiona essas relações de poder, enfatizando a emergência de desconstrução da prática hierárquica que desqualifica as mulheres e usurpa o meio ambiente sem considerar as necessidades futuras e o equilíbrio ecológico. Ao longo do levantamento que se segue, demonstra-se um histórico da teoria e da prática ecofeminista e suas respectivas vertentes, juntamente com um embasamento crítico de gênero.

### **3. CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO FEMINISTA E AMBIENTAL: SOBRE O SURGIMENTO DO ECOFEMINISMO**

Dianne Rocheleau *et al.* (1996) destacam que a convergência de interesses entre meio ambiente, gênero e desenvolvimento surgiu sob condições de rápidas reestruturações econômicas, ecológicas, culturais e políticas do nível global ao local, ainda que a ciência ambiental e que o movimento ambiental internacional tenham sido amplamente moldados como domínios dos homens. Dito isto, pode-se constatar que a participação das mulheres em movimentos sociais e políticos ambientais advém do declínio ecológico e econômico que impactam diretamente sua sobrevivência e de

suas famílias, acrescentado a esse fator o aumento da consciência política e a maior participação no domínio público, sobretudo, a partir dos anos 1970, quando as preocupações ambientais tem grande notoriedade devido, principalmente, às publicações *The Population Bomb*<sup>2</sup>, de 1968, e *Limits to Growth*<sup>3</sup>, de 1972 (Puleo, 2014). Por esse motivo, o Ecofeminismo foi primeiro um movimento social para depois tornar-se e ser elaborado como teoria (Kirjner, 2016).

Sobretudo, é em uma conjuntura capitalista patriarcal, em que a natureza, assim como as mulheres, não passa de mero objeto de exploração, fornecendo serviços essenciais às comunidades e às economias humanas, que as mulheres reconhecem a existência de pontos convergentes e a necessidade de aglutinar a luta contra a própria opressão e a luta contra a exploração da natureza em um único marco teórico (Carse, 2012; Angelin, 2014; Duarte, 2015). Desde o início do patriarcado as mulheres foram tratadas como natureza, desprovidas de racionalidade, com seus corpos funcionando da mesma maneira instintiva de outros mamíferos, assim, como a natureza, elas podem ser oprimidas, exploradas e dominadas pelos homens, através de ferramentas como a ciência, a tecnologia e a violência (Shiva e Mies, 2014).

Portanto, a contribuição do movimento feminista para o movimento ambiental está associada à desvalorização do natural e do feminino (Rocheleau *et al.*, 1996; Duarte, 2015; Siqueira, 2023). Se a feminilidade é vinculada à passividade e à subserviência, conquanto a masculinidade à ciência e à ação, as feministas estavam empenhadas a provar que esta hierarquia tinha a mesma lógica: a lógica patriarcal e androcêntrica. A desvalorização da natureza e a desvalorização das mulheres possui, portanto, grande simetria (Budgeon, 2013; Duarte, 2015). Sherry Ortner (1979) defendeu que a posição subordinada das mulheres no sistema de sexo-gênero originou-se pela identificação da mulher com algo geralmente desvalorizado: a natureza, a partir dos processo de concepção e maternidade (*apud* Puleo, 2014).

Assim começava a ser formado o Ecofeminismo, a partir da contribuição de diversos movimentos sociais como o feminista, o movimento de paz e o movimento ecológico (Shiva e Mies, 2014). O termo Ecofeminismo em si remonta ao livro de ensaios "Le féminisme ou la Mort", de 1974, da autora Françoise D'Eaubonne. A autora argumenta que a opressão e a exploração das mulheres e a degradação

---

<sup>2</sup> EHRLICH, Paul R.; EHRLICH, Anne Howland.

<sup>3</sup> MEADOWS, Donella *et al.*

ambiental estão interligadas sob a égide do patriarcado. De acordo com Françoise d'Eaubonne (1972), para salvar a humanidade seria necessário unir as lutas ecológica e feminista porque o patriarcado é responsável tanto pelos desastres ecológicos, através da superprodução e da lógica capitalista, como pela submissão das mulheres, ao se apropriar dos corpos femininos (apud Goldblum, 2017). Por este motivo, segundo a autora, o domínio da demografia, ou seja, o controle feminino sobre o próprio corpo seria uma necessidade básica para as mulheres.

D'Eaubonne (1977) reforça que esse controle não se trata de uma luta por superioridade, mas sim de “um simples equilíbrio destinado a compensar a desvantagem da gravidez e do parto, ao mesmo tempo em que se trata de uma necessidade absoluta para deter a inflação da taxa de natalidade global” (apud Goldblum, 2017, n.p.). Outrossim, para Isabel Julián e Sandra Molina (2013), a devastação da Terra pode ser atribuída à mesma mentalidade masculina que procura negar às mulheres o direito de controlar seus próprios corpos e sua sexualidade através de vários mecanismos de controle a nível pessoal e estatal. O ecofeminismo teoriza, dessa forma, que os sistemas hegemônicos de poder e opressão materializam-se com a dominação dos homens sobre as mulheres e com a dominação das pessoas sobre o ambiente, levando à degradação dos ecossistemas (Bloodhart e Swim, 2010).

Segundo Puleo (2014), a despeito das críticas advindas da própria corrente da Ecologia Social, o Ecofeminismo iniciou seu percurso no ensino superior nos anos 1980. Nessa mesma época, as contribuições do Ecofeminismo que se formava no Hemisfério Norte foram somadas por pensadoras do Sul, com destaque para Vandana Shiva, que ressalta os problemas da globalização neoliberal, da miséria, da exclusão, da exploração racista e do imperialismo cultural. Em sua teoria, Shiva destaca o princípio colonizador da homogeneização cultural e econômica do sistema mundial patriarcal capitalista, que “é construído e mantém-se através da colonização das mulheres, dos povos “estrangeiros” e das suas terras; e da natureza, a qual vai destruindo gradualmente” (Shiva e Mies, 2014, p. 2, tradução nossa). O colonialismo, fundamentalmente dependente e constituído a partir da exploração da natureza e da mão de obra, criou estruturas institucionais de opressão, racialização, misoginia, extermínio indígena, heteronormatividade, e pobreza (Picado e Reid, 2021). Essas mesmas estruturas seriam, mais tarde, herdadas pelo capitalismo e pelo liberalismo clássico.

As perspectivas feministas, particularmente o Ecofeminismo, não só chamam atenção para os obstáculos e a discriminação que as mulheres enfrentam na ciência, mas também questionam os fundamentos da ciência como patriarcais e opressivos para com as mulheres e com a natureza (Cabral, 2023). Por conseguinte, as ecofeministas destacam a necessidade de desafiar a invisibilidade das mulheres, que compartilha muitas características com a invisibilidade da natureza (Julián e Molina, 2013). A hermenêutica ecofeminista articula conceitos, análises e modelos fornecidos pelo feminismo e pelo ecologismo, sinalizando as conexões entre a subordinação do coletivo feminino e o modelo de domínio sobre a natureza (Puleo, 2013).

Portanto, o “ecofeminismo, é um movimento ético e político que denuncia e combate as agressões à ecologia, ao mesmo tempo que confere às mulheres um particular destaque” (Ferreira, 2022, p. 39). Sua primeira atividade é interrogar a convenção eurocêntrica que posiciona os homens acima das mulheres e da natureza (Salleh, 2017), sendo uma teoria na qual o pensamento feminista encontra a interdependência ecológica (Shiva e Mies, 2014). As ecofeministas também demonstram como as desigualdades de gênero impactam o desenvolvimento na estrutura atual, e os muitos desafios enfrentados pelas mulheres em todo o mundo devido ao acesso limitado a recursos econômicos e às funções sociais ligadas ao cuidado.

Assim como no contexto das Teorias Feministas de Relações Internacionais, marcadas por diferentes ondas, quando se estuda a contribuição das mulheres para o movimento ambientalista, chega-se a diferentes vertentes que refletem o momento histórico e social e o contexto vivido. Na década de 1970, algumas ecofeministas desenvolveram uma ideia essencialista, retomando a bipolarização na qual as mulheres estariam de forma inata mais ligadas à natureza, enquanto dadoras e cuidadoras da vida (Puleo, 2013). Já no início dos anos 1980, este “ecofeminismo clássico” foi criticado, remontando às questões de gênero para elucidar que justificativas biológicas, no que se refere ao homem como agressivo e à mulher como pacifista, são, na verdade, constructos sociais. Contudo, essa vertente não englobava fatores de classe, raça, e elementos como o contexto rural ou urbano, que viriam a ser incluídos a partir do final da década de 1980 e início de 1990.

Conforme Puleo (2013) explicita, apesar das diferenças nos focos de análise, o que justifica o uso do termo “Ecofeminismo” no singular é que todos têm em comum o questionamento e a articulação de contribuições do feminismo e do ecologismo.

Além de apresentar como “ponto em comum a invisibilidade das mulheres e da natureza devido à sua desvalorização por sistemas de conhecimento científico e poder econômico dominados pelos homens” (Stoddart e Tindall, 2011, apud Julián e Molina, 2013, p. 54, tradução nossa). Para fins descritivos e de análise, o presente artigo demonstra a seguir um recorte das diferentes vertentes ecofeministas.

#### **4. FEMINIZAÇÃO DA NATUREZA E NATURALIZAÇÃO DA MULHER: ECOFEMINISMO ESSENCIALISTA E ESPIRITUALISTA**

A visão clássica do Ecofeminismo, ou essencialismo, remonta ao argumento de que as mulheres estão mais intrinsecamente ligadas à natureza e às preocupações com questões ambientais (Imran *et al.*, 2021). Tal inclinação natural estaria relacionada à essência materna das mulheres que as torna mais sensíveis às necessidades do meio ambiente (Siqueira, 2023), sendo ainda mais atenciosas e protetoras, enquanto os homens seriam, por contraste, em essência, competitivos e destrutivos (Puleo, 2014). Essa vertente também se baseia, em alguns casos, em abordagens espirituais para justificar o vínculo Mãe Terra e mulheres como criadoras da vida.

Por um lado, o essencialismo tem sido criticado não só por suas generalizações sobre as mulheres, mas também por seu perigo potencial de regressar aos estereótipos de impotência, já que a identificação de Mulher e Naturalidade, própria de inúmeras culturas, faz parte dos discursos de legitimação patriarcal, e, no contexto dos estudos feministas, o essencialismo é ligado ao determinismo biológico, ou seja, acaba por naturalizar certas características que levam à opressão (Puleo, 2008; Kirjner, 2016). De igual maneira, Rosângela Angelin (2014) aborda a importância de não relativizar e universalizar a relação entre mulheres e natureza, a fim de não incorrer no erro de naturalizar as identidades femininas em uma visão determinista. Afinal, sabe-se que existem diferenças de gênero reais (e não imaginárias), nas experiências, nas responsabilidades e nos interesses sobre a natureza, contudo, essas diferenças não advêm da biologia (Rocheleau *et al.*, 1996).

Verifica-se que a virilidade tem uma longa história como modelo de dominação e a feminilidade como complemento de prazer e reprodução da vida através do trabalho doméstico invisível e do apoio emocional e que estes estereótipos funcionais para a organização patriarcal persistem hoje em aliança com o capitalismo de

consumo. Por conseguinte, “a participação ecológica das mulheres estaria determinada pela posição no sistema sexo-gênero, pelos seus papéis e pela construção de identidades de gênero [...]. Não há uma relação ontológica entre a mulher e a natureza e sim uma relação construída social e culturalmente” (Puleo apud Duarte, 2015. p. 61, tradução nossa). Assim sendo, “o que se verifica é que as identidades humanas são construções históricas baseadas em relações de poder” (Angelin, 2014, p. 1594).

A ideia da construção de identidades tem ampla bagagem advinda das teorias pós-positivistas que defendem que a representação é socialmente construída por uma série de atores e é contingente de linguagem, significado, cultura, conhecimento e, como tal, é manipulável. Assim, as relações de gênero são socialmente construídas, o que significa dizer que são memorizadas, disseminadas e criadas por meio de interações (Vieira, 2022). Segundo Jen Webb (2012), uma vez que significados e realidades são construídos eles não são inocentes, pelo contrário, retratam o interesse de um ator. No caso do gênero, esse ator é o patriarcado ou a misoginia. A construção social da masculinidade valoriza a dominação (não uma característica inata dos homens), o que explica a dominação das mulheres e da natureza (Allister 2004 apud Bloodhart e Swim, 2010).

A sociedade patriarcal possui, por exemplo, um histórico de associação conceitual e linguístico com a condição subalterna dos animais (que lhes é forçada), para depreciar a sexualidade ou o comportamento de mulheres e minorias (Zanello, 2008; Dunayer, 2004 apud Kirjner, 2016). Jonathan Picado e Rebecca Reid (2021) demonstram, por exemplo, que várias palavras inglesas são aplicadas igualmente às mulheres e à natureza, como férteis, virginais, intocadas, e selvagens, reforçando que a formação linguística e a formação cultural trabalham para perpetuar a dominação patriarcal das mulheres e da natureza com uma linguagem que feminiza a natureza e naturaliza as mulheres.

Sob o aspecto das relações de poder, a feminização da natureza e a naturalização da mulher são duas metáforas que depois da revolução científica prejudicaram ambas (Rodríguez, 2000). A natureza se tornou um ser vulnerável que pode ser abusado e as mulheres sofreram as consequências da mecanização do orgânico. Ou seja, o homem se torna dono da técnica, relacionado ao científico, com funções hiper valorizadas no contexto pós-revolução científica e informacional, enquanto o mundo feminino tem sido subordinado ao cuidado do orgânico, como, por

exemplo, ligado à natureza, menos considerado economicamente e socialmente (Rodríguez, 2000; Picado e Reid, 2021).

Por outro lado, o ecofeminismo clássico, além de fundamental para o desenvolvimento desse novo campo, apresentou abordagens e ações sociais que cabem destaque. Vandana Shiva e Maria Mies indicam, por exemplo, que “à medida que as mulheres em vários movimentos – ecológico, paz, feminista e especialmente saúde – redescobriram a interdependência e a ligação de tudo, também redescobriram o que foi chamado de dimensão espiritual da vida” (Shiva e Mies, 2014, p. 16, tradução nossa). Maria Siqueira (2023) apresenta igualmente que o ecofeminismo espiritualista “defende também que há uma relação espiritual entre a mulher e a natureza e acredita-se em divindades femininas que regem o mundo espiritual, bem antes da religião patriarcal dominante” (p. 50). No âmbito espiritualista, vale destacar alguns nomes de teólogas latinoamericanas vinculadas à Teologia da Libertação que desenvolveram um pensamento ecofeminista como Ivone Gebara no Brasil, Rosa Dominga Trapazo no Peru, Mary Judy Ress no Chile, Saffina Newberry e Coca Trillini na Argentina, Gladys Parentelli e Rosa Trujillo na Venezuela (Puleo, 2014). Gebara, por exemplo, chama atenção para a imagem propagada de um Deus patriarcal separado da natureza e incentiva-nos a olhar os seres humanos, os animais e a natureza com empatia, abandonando a ideia da divisão Espírito/Natureza.

Puleo (2014) também chama atenção para ações ecofeministas que reivindicaram a ordem vigente a partir da não violência, como o célebre movimento Chipko<sup>4</sup>, ou a partir da arte, a exemplo da técnica de tapeçaria retomada pelo grupo de mulheres militantes que teciam *redes de la vida* nas entradas das bases militares de Greenham Common<sup>5</sup>, no Reino Unido. A autora enfatiza que a práxis ecofeminista utilizou estereótipos femininos que são rebatidos pelo feminismo, dando a eles um conteúdo de resistência frente ao patriarcado: “a mulher como dadora de vida, como *Parca* tecedora do destino, a mãe nutridora que se sente responsável pelas gerações futuras, a mulher incapaz de agressividade” (Puleo, 2014, p. 44, tradução nossa). Essas atividades, em um período onde havia grande temor de uma guerra atômica, faziam contraponto à cultura patriarcal dominante que se via superior à natureza,

---

<sup>4</sup> Movimento formado por mulheres rurais de quinze povoados do Himalaia que lutaram para salvar bosques comuns montando guarda e abraçando-se às árvores para impedir seu corte (Puleo, 2014).

<sup>5</sup> Acampamento das mulheres pela paz (1981-2000). Espaço exclusivo para mulheres em protesto contra os mísseis de cruzeiro que estavam alojados em Greenham Common, no Reino Unido (Powell, 2021).

demonstrando a necessidade de uma atitude humana, mais humilde e menos antropocêntrica.

Enquanto na visão clássica a explicação da relação com a natureza baseia-se em diferenciações que seriam inatas à mulher e ao homem, a vertente construtivista reforça que essa relação deriva da cultura, sendo resultado da divisão sexual do trabalho, de diferenciações binárias impostas pelo patriarcado capitalista, e da comodificação do conhecimento, conforme será detalhado a seguir.

## **5. A ECOLOGIA POLÍTICA FEMINISTA E A ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA E SOCIAL**

Diferentemente do ecofeminismo clássico, o ecofeminismo construtivista considera que a ligação entre as mulheres e a natureza deriva da cultura e das tradições, em vez de estar enraizada na biologia. Esta ligação seria, de fato, um constructo sócio-histórico usado para exercer o controle patriarcal a partir da cultura (Julián e Molina, 2013; Siqueira, 2023). Portanto, as abordagens que sucederam o ecofeminismo clássico e espiritual enfatizam o político sobre o pessoal, incluindo discussões sobre as interações com classe, raça, idade, etnia, nacionalidade, cultura e identidade nacional, que moldam a nossa experiência e interesse pelo meio ambiente.

Vandana Shiva e Maria Mies são consideradas as mais eminentes representantes dessa vertente do ecofeminismo, enfatizando que o sistema capitalista patriarcal, baseado nas dicotomias mulher/homem, natureza/cultura, natureza/Homem, leva à destruição do planeta. Segundo as autoras, o sistema atual foi construído e mantido sobre a dominação das mulheres, da natureza, dos estrangeiros e de suas terras (Goldblum, 2017). De igual maneira, as autoras evidenciam que a divisão estrutural entre homem e natureza, é vista como análoga à relação/divisão do homem com a mulher. “A natureza está subordinada ao homem; a mulher ao homem; o consumo à produção; o local ao global, e assim por diante” (Shiva e Mies, 2014, p. 5, tradução nossa). Além disso, as ecofeministas também buscam desmantelar dualismos como público/privado, feminino/masculino, razão/emoção e progresso/conservação; haja vista que esses dualismos implicam uma concepção hierárquica que permeia o modelo econômico e define os comportamentos sociais e as políticas públicas (Julián e Molina, 2013). Consta-se que a construção do binário

humano/natureza tem papel fundamental no patriarcado moderno e a participação de mulheres como ativistas individuais ou como parte de organizações ambientais, dominadas pelos homens, requer o enfrentamento de preconceitos de gênero (Cavaliere and Ingram, 2021 apud Kaul e Buchanan, 2023).

As ecofeministas também concentraram-se na incorporação do gênero na economia política, utilizando conceitos de produção e reprodução para delinear os papéis dos homens e das mulheres nos sistemas econômicos, “identificando tanto as mulheres como o meio ambiente com papéis reprodutivos em economias de desenvolvimento desigual e questionando a visão essencialista das mulheres como cuidadoras naturais” (Rocheleau *et al.*, 1996, p.4, tradução nossa). Nesta mesma linha de abordagem, Picado e Reid (2021) destacam que as mulheres experienciam a natureza mais diretamente e estão mais atentas a sua interdependência devido à divisão econômica do trabalho, que as coloca em funções domésticas de cuidado e em papéis de provisão de sustento que estão mais ligados à natureza, como o fornecimento de alimentos e água, cuidados maternos, atenção à família, e garantia da saúde, segurança e nutrição da família e da comunidade, ou seja, como cuidadoras e responsáveis por outras pessoas e demais seres.

Puleo (2014) argumenta igualmente que no patriarcado capitalista o papel das mulheres consiste na mediação da natureza em benefício dos homens, a partir da “satisfação sexual, dar à luz e alimentar os bebês, transportar os mais jovens, cultivar e preparar alimentos, cuidar da casa e mantê-la limpa, lavar a roupa, e ocupar-se do lixo” (p. 65, tradução nossa). Destacando, por certo, que essas são condições materiais, de socialização, que refletem a estrutura produtiva, não condições biológicas - “em outras palavras, é a designação social e econômica das mulheres a essas funções de cuidado e sustento que causa as diferenças de gênero” (Picado e Reid, 2021, n.p., tradução nossa).

Assim dizendo, a ética do cuidado acaba por reproduzir o conceito de mulheres como naturalmente dispostas e ligadas às atividades domésticas, tendo em conta que a noção de que as mulheres são os indivíduos que realizam o trabalho de cuidado, nutrição e subsistência que sustenta a vida humana. Esses papéis são, por consequência, reproduzidos também no âmbito público, a partir do bem-estar da comunidade, as mulheres são relegadas ao que se considera trabalho primitivo, e a lógica capitalista patriarcal reafirma que o conhecimento das mulheres estão associados a atividades de afirmação da vida; portanto, “a relação das mulheres com

a natureza, através do seu trabalho, é drasticamente diferente da dos homens” (MacGregor, 2004 apud Picado e Reid, 2021, n.p., tradução nossa).

Conseqüentemente, o ecofeminismo sugere que as mulheres têm uma abordagem ética mais forte no que se refere à sobrevivência do ambiente, uma vez que a sua relação com a natureza é fundamentalmente diferente da dos homens devido aos processos culturais e sociais (Salleh, 2017). Por isso, complementarmente, uma vertente ecofeminista faz esforços para incluir o reconhecimento do trabalho doméstico em estruturas teóricas e metodológicas (Julián e Molina, 2013). O trabalho doméstico, desempenhado majoritariamente pelas mulheres, sempre foi subestimado pela sociedade, sendo apenas o trabalho remunerado considerado produtivo, especialmente pelos economistas, tendo, assim, um caráter invisível para o mercado (Durán, 2012 apud Julián e Molina, 2013). Similarmente, nenhum valor é atribuído aos serviços e recursos providos pela natureza, que acaba resultando no uso indiscriminado dos recursos e na degradação dos ecossistemas (Julián e Molina, 2013).

Há ainda uma abordagem ecofeminista mais voltada para a ciência, que destaca não somente os obstáculos e a discriminação que as mulheres enfrentam na ciência, mas também questiona os fundamentos da ciência como patriarcais e opressivos para com as mulheres e com a natureza (Cabral, 2023). Shiva e Mies (2014) discorrem que a ciência e a tecnologia não são neutras em termos de gênero - há uma “relação de domínio explorador entre o homem e a natureza (moldada pela ciência moderna reducionista desde o século XVI) e a relação exploradora e opressora entre homens e mulheres que prevalece na maioria das sociedades patriarcais” (p. 3, tradução nossa). Destarte, Rocheleau *et al.* (1996) colocam a seguinte questão: “quem controla e determina os direitos sobre os recursos, a qualidade do ambiente e a definição de um ambiente saudável e desejável? (p.11, tradução nossa), examinando as implicações de gênero referente à separação entre trabalho e conhecimento, ciência e prática.

Por fim, o ecofeminismo evidencia as relações díspares entre mulheres e homens com relação à natureza e suas implicações, afinal, as mulheres têm uma parcela desproporcional de responsabilidade na aquisição de recursos e na manutenção ambiental e, ainda assim, têm direitos formais muito limitados para determinar o futuro da disponibilidade de recursos e da qualidade ambiental (Rocheleau *et al.*, 1996). Adicionalmente, a profunda vulnerabilidade das mulheres

tanto no contexto social e político, como o impacto direto decorrente das mudanças ambientais, faz com que elas estejam mais vulneráveis a todas as formas de violência, incluindo abusos sexuais (Shiva, 2014). Em síntese, a diferença nas abordagens ecofeministas varia de acordo com a percepção da ligação entre mulher e natureza, assim como na área específica de preocupação, especialmente ligadas às condições materiais e históricas em que as mulheres vivem.

## **6. NOTA METODOLÓGICA**

O presente artigo realizou um balanço bibliográfico sobre a teoria e a prática ecofeminista, explorando a forma como meio ambiente e gênero se relacionam, moldando e, concomitantemente, sendo moldados, pelo contexto doméstico e internacional. Além de empregar a própria Teoria Ecofeminista, embasou-se de igual maneira na Teoria Feminista de Relações Internacionais, levando a uma análise interpretativa de orientação construtivista.

Segundo disposições da Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, as discussões bibliográficas, sendo avaliações críticas de determinada temática, devem recorrer a trabalhos e publicações recentes dos últimos 10 anos, com exceções justificadas. Ao longo deste artigo, utilizou-se majoritariamente publicações a partir de 2013, sendo, contudo, necessário investigar pesquisas precedentes devido à relevância para o campo em análise. A partir da literatura recente, considera-se que o recorte não foi prejudicado e que o leitor não encontrará uma pesquisa desatualizada, haja vista que as discussões examinadas foram corroboradas por estudos contemporâneos.

Ao longo da pesquisa, a autora deparou-se com certa dificuldade em encontrar literatura especializada em idioma português, constando predominante neste artigo referencial em inglês, seguido de português, com algumas referências em espanhol e em francês. Julga-se, deste modo, que este balanço possa agregar ao campo de estudo de leitoras e leitores lusófonos.

## **7. DISCUSSÃO: CONTRIBUIÇÕES ECOFEMINISTAS, MULHERES, MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO**

Ao reeditar em 2014 o livro “Ecofeminismo”, vinte anos após o seu lançamento original, Vandana Shiva relata que estavam (Maria Mies e ela) abordando os desafios daquela época, e que, desde então, cada risco identificado apenas havia se aprofundado. Juntamente a isso havia crescido, conseqüentemente, a necessidade de uma alternativa relevante ao capitalismo patriarcal (Shiva e Mies, 2014). Outra década já se passou desde o relançamento do livro, em 2014, e há ainda contínuas e mais crescentes crises ambientais somadas a disparidades de gênero que se mantêm presentes, apesar dos avanços dos direitos formais garantidos às mulheres. É conhecido que as mulheres trabalham mais, ganham menos, têm menos acesso à educação, são menos propensas a ocupar cargos de gestão, têm dietas mais pobres, recebem piores serviços de saúde e são mais propensas a sofrer violência de gênero (Social Watch, 2011 apud Julián e Molina, 2013).

A teoria e prática ecofeminista segue, portanto, atual e necessária ao compreender as disparidades de gênero e as questões ambientais em um marco teórico comum que pode ser usado de base tanto na melhoria de políticas públicas, como no desenho de acordos internacionais, e em planos de mitigação. É sabido que “as vulnerabilidades e os riscos climáticos são muitas vezes reduzidos através de leis, políticas, e processos participativos que abordem o contexto específico de desigualdades, tais como aquelas baseadas no gênero [...]” (IPCC, 2023, p. 32, tradução nossa). Além disso, “há elos a estabelecer entre os debates sobre sustentabilidade e as relações sociais de gênero” (Siliprandi, 2009, p. 144). Pesquisas recentes demonstram, por exemplo, a relação entre misoginia, autoritarismo e negacionismo com mudanças climáticas (Kaul e Buchanan, 2023); a relação da violência contra as mulheres, com estruturas do capitalismo patriarcal, juntamente à desregulação do comércio, à comodificação de sementes, alimentos, solo e água (Shiva e Mies, 2014); ou a ligação da hegemonia masculina com a proteção ambiental, ou melhor dizendo, com a falta de proteção ambiental (Bloodhart e Swim, 2010).

O ecofeminismo também apresenta o caminho para abordar as disparidades de gênero e os desafios ambientais, demonstrando que, para atingir objetivos relacionados à proteção e à sustentabilidade, a forma como o valor é atribuído às mulheres e à natureza deve mudar, uma vez que esse valor determina o

comportamento social em relação a ambos. Brittany Bloodhart e Janet Swim (2010) identificaram em sua pesquisa que a dominação das mulheres e da natureza está relacionada ao nível cultural e que ambas estão interligadas a um sistema de valores hegemônicos mais amplo, que leva à maior desigualdade de gênero e à exploração ambiental. Nesse sentido, uma redefinição das relações de poder é tão necessária para as relações nos domínios público e privado, como o é para as relações pessoais e internacionais.

Reconhecer e depois valorizar o outro (mulheres ou natureza) deve levar à igualdade de tratamento, à igualdade de direitos e à igualdade de oportunidades, reconhecendo também a inter-relação e a dependência entre ecossistemas e pessoas ao redor do mundo, como um sistema socioecológico que deve ser gerenciado como um todo (Julián e Molina, 2013). Além disso, as alterações climáticas, a pobreza e a perda de biodiversidade, que aumenta a vulnerabilidade frente aos desastres naturais, não afetam apenas aqueles que sofrem as consequências geográficas diretas, mas sim, representam uma ameaça para outras pessoas e pode propagar conflitos sociais, insegurança, elevados níveis de violência, crises econômicas, guerras ou fluxos migratórios.

Kaul e Buchanan (2023) argumentam que o combate às alterações climáticas faz parte de um portfólio que inclui uma atenção séria ao funcionamento da misoginia e das hierarquias de gênero, por um lado, e ao desafio autoritário à democracia, por outro. Em seu trabalho de análise sobre líderes misóginos autoritários, legitimados eleitoralmente (*ELMA*)<sup>6</sup>, as autoras demonstram que a misoginia é uma estratégia política que possibilita, por exemplo, políticas autoritárias em democracias contemporâneas, criando, por conseguinte, consenso e suporte para questões anti-ambientalistas, anti-direitos humanos, militaristas e masculinistas; com destaque para os negacionistas das mudanças climáticas. A pesquisa em voga constatou que os negacionistas das mudanças climáticas são também misóginos e que a misoginia é utilizada como ferramenta de desvalorização, rotulando de feminino ou feminista tudo aquilo que se queira deslegitimar, já que o feminino é visto por eles como inferior. “A misoginia não se trata apenas de ódio pelas mulheres; funciona de forma útil para os autoritários através da feminização como desvalorização [...]. As mensagens

---

<sup>6</sup> *Electorally Legitimated Misogynist Authoritarian (ELMA) leaders* (Kaul e Buchanan, 2013) .

ambientais e as alterações climáticas exigem, portanto, a subversão das estruturas de misoginia” (ibid., 2023, p. 22).

Bloodhart e Swim (2010) identificaram similarmente que, no geral, aqueles que endossam crenças sexistas, endossam também a exploração da natureza, porque ao posicionar certos grupos como inferiores, sejam mulheres ou natureza, acaba-se por promover a ascensão de outros grupos - homens. O artigo atesta ainda que quem apresenta visões tradicionalistas em relação às mulheres é menos propenso a endossar crenças pró-ambientalistas em relação à forma como os homens usam e se relacionam com a natureza. “A dominação da natureza está associada à dominação de outros seres humanos, e uma rejeição cultural dos valores hegemônicos é especificamente necessária para reduzir os danos aos animais, à biosfera, e aos que estão em posições mais vulneráveis” (Bloodhart e Swim, 2010, p. 191, tradução nossa).

Um passo para essa transição cultural envolve a reestruturação da divisão sexual do trabalho, tornar visíveis as atividades que são realizadas em casa e que facilitam o bom funcionamento de todo o sistema econômico é certamente importante; no entanto, é também necessário deixar de considerar estas atividades como um dever de gênero, que pode ser substituído pelo trabalho doméstico comoditizado em condições precárias (Pla, 2008 apud Julián e Molina, 2013). Outra reformulação que cabe destaque é proporcionar maior espaço político para a inserção dos conhecimentos das mulheres. Esta contribuição não é motivada por visões essencialistas, mas pela experiência acumulada de mulheres cuja estreita relação com o meio ambiente é valiosa para a preservação dos ecossistemas, afinal, elas possuem conhecimento crítico local que pode fortalecer as adaptações climáticas e ajudar no desenvolvimento de novas tecnologias relacionadas à energia, água, segurança alimentar, agricultura e pesca, saúde e gestão de risco de desastres (Alston, 2014).

Além disso, os múltiplos papéis das mulheres como produtoras, reprodutoras e consumidoras exigiram que elas desenvolvessem e mantivessem suas capacidades integrativas para lidar com sistemas complexos de família, comunidade e paisagem e muitas vezes as colocaram em conflito com ciências especializadas que aplicam a separação dos domínios do conhecimento, bem como a separação entre conhecimento formal e informal (Rocheleau *et al.*, 1996).

Ainda em 1974, quando cunhou o termo ecofeminismo, que viria a dar nome aos movimentos sociais e à teoria, D'Eaubonne já defendia que nenhuma outra categoria humana poderia realizar a revolução ecológica, porque ninguém estava tão diretamente interessado em todos os níveis (apud Goldblum, 2017). Para a autora, a teoria ecofeminista

representava bem mais do que a liberdade da mulher ou a liberdade sexual, seria um tema muito mais amplo sobre o próprio futuro da humanidade. Melhor: sua chance de ainda ter um futuro. A continuação da nossa espécie está hoje ameaçada graças ao culminar das culturas patriarcais, pela loucura e pelo crime. Loucura: o aumento da taxa demográfica. O crime: a destruição ambiental (D'eaubonne, 1972, p. 352 apud Goldblum, 2017, n.p. tradução nossa).

À vista disso, pode-se constatar que “a mudança climática é um problema causado pelo homem e deve ter uma solução feminista” (Robinson 2019 apud Kaul e Buchanan, 2023, p. 309, tradução nossa). Como demonstrou-se ao longo desta seção, valores culturais e sociais influenciam os sistemas econômicos e, “economias de comodificação criam uma cultura de comodificação onde tudo tem um preço e nada tem valor” (Shiva e Mies, 2014, p. xvii). Há indícios de que culturas que aderem a estruturas de dominação, estão mais propensas a validar a dominação do homem sobre a mulher, e de pessoas sobre o ambiente, levando à exploração mútua das mulheres e da natureza (Bloodhart e Swim, 2010). A exploração da natureza e os “suprimentos invisíveis” aos quais tem-se acesso, tem relação com a exploração das mulheres e com o “trabalho invisível” que elas proporcionam. Por isso, a igualdade de gênero e a supressão de valores hegemônicos são valores necessários para a promoção da vitalidade dos ecossistemas (Bloodhart e Swim, 2010). Sobremaneira, como as mulheres sofrem desproporcionalmente as consequências das mudanças climáticas e são ainda mais expostas em contextos pós desastres, é urgente a implementação da perspectiva de gênero e maior espaço participativo para inclusão do conhecimento adquirido a partir dos papéis sociais. Outrossim, observa-se que a questão de gênero é transversal e que afeta diversos aspectos da vida humana e, inclusive, a forma como o humano relaciona-se com o natural.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente levantamento bibliográfico demonstrou que o Ecofeminismo surge como um movimento social e teoria que une as lutas feminista e ecológica, destacando a necessidade de desafiar as estruturas de poder opressivas, advindas das distinções de gênero que têm reflexos na maneira como nos relacionamos com o meio ambiente. Dessa forma, o Ecofeminismo integra uma crítica de gênero à sociedade patriarcal, na qual o homem e o Estado controlam tanto o corpo da mulher, como submetem a natureza aos seus desejos.

Apesar dos avanços dos direitos formais garantidos às mulheres, disparidades de gênero persistem globalmente, com mulheres enfrentando acesso desigual à educação, emprego, saúde, sofrendo violência de gênero e sendo mais afetadas pelas consequências de desastres ambientais e intercorrências em resultado das mudanças climáticas. Ao longo da pesquisa, diferentes vertentes ecofeministas, especificamente, essencialista, espiritualista, e construtivista foram abordadas, identificando-se que todas compartilham do objetivo comum de desafiar a invisibilidade das mulheres e da natureza e as estruturas hegemônicas de dominação que insistem em propagar dicotomias binárias hierarquizadas, dentre elas, onde a feminização é utilizada como meio de desvalorização.

Nesse sentido, o Ecofeminismo oferece um arcabouço teórico para enfrentar essas questões, advogando por uma mudança de paradigma em relação aos papéis sociais femininos (tais como às funções relacionadas ao cuidado), por maior participação das mulheres em ambientes decisórios, além da inclusão de conhecimentos específicos que devem ser agregados a políticas públicas, a planos de mitigação e a acordos internacionais, por exemplo. Além disso, o Ecofeminismo desafia hierarquias culturais e sistemas de conhecimento científico e poder econômico dominados pelos homens. Seja dizer, as ecofeministas enfatizam a necessidade de uma solução feminista para as mudanças climáticas e em prol do meio ambiente. Observa-se neste levantamento que gênero e alterações climáticas estão interligados, a partir de ferramentas de exploração, controle, misoginia e estruturas do capitalismo que não aplicam valor aos serviços e atividades não monetizados, sejam eles realizados por mulheres ou fornecidos pelo ambiente.

Desde de 1970, quando do surgimento do Ecofeminismo, os desafios ambientais aprofundaram-se. As consequências e os desencadeamentos das

mudanças climáticas não estão cerceados por barreiras geográficas e, de forma geral, mulheres e crianças são impactadas desproporcionalmente, por isso, as ecofeministas advogam pela necessidade de integrar a perspectiva de gênero nas políticas e práticas ambientais e internacionais e fazem apelo para a redefinição das relações de poder. De forma a aprofundar os estudos deste campo e verificar como e se a perspectiva de gênero tem sido abordada em fóruns e em conferências internacionais a nível governamental, propõe-se análises futuras no âmbito de discussões e pautas do G20 ou da Conferência das Partes.

## REFERÊNCIAS

ALAIMO, Stacy. Questioning the Relation Between Feminism and Environmentalism. **International Feminist Journal of Politics**, v. 10, n. 3, p. 299-304, set. 2008. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/14616740802185551?needAccess=true&role=button>. Acesso em: 25 set. 2023.

ALSTON, Margaret. Gender mainstreaming and climate change. **Women's Studies International Forum**. v. 2, p. 287-294. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2013.01.016>. Acesso em: 22 out. 2023.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados? **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/6751/3848>. Acesso em: 31 ago. 2023.

BIB. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/about>. Acesso em 24 ago. 2023.

BLOODHART, Brittany; SWIM, Janet K. Equality, harmony, and the environment: An ecofeminist approach to understanding the role of cultural values on the treatment of women and nature. **Ecopsychology**, vol 2, n 3, p. 187–194. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1089/eco.2010.0057>. Acesso em: 15 out. 2023.

BUDGEON, Shelley. The dynamics of gender hegemony: femininities, masculinities and social change. **Sage Journals**, v.48, n. 2, p. 1-18. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0038038513490358>. Acesso em: 31 ago. 2023.

BUTLER, Judith. Gender in translation: beyond monolingualism. *In*: BROWNE, Jude (ed.) **Why Gender?** Cambridge: Cambridge University Press, 2015. pp. 15–37.

CABRAL, Lídia. Fringe heroines: situated struggles of women scientists in Brazilian agriculture. **International Feminist Journal of Politics**. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14616742.2023.2227179>. Acesso em: 17 set. 2023.

CARSE, A. Nature as infrastructure: Making and managing the Panama Canal watershed. **Social Studies of Science**, 42(4), p. 539-563. 2012. Sage Publications, Ltd. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41721341>. Acesso em: 24 ago. 2023.

CARVALHO-PINTO, Vânia; FLESCHENBERG, Andrea. As Múltiplas Inter-Relações entre Questões de Gênero e a Aquisição de Status na Arena Internacional. **ex æquo**, n.º 40, p. 09-14. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2019.40.012019>. Acesso em: 24 ago. 2023.

CEUB. Orientações institucionais para a elaboração de trabalho de conclusão de curso de graduação. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.) – Brasília: CEUB, 2022. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/12592/3/Ebook%20-%20ORIENTA%C3%87%C3%95ES%20INSTITUCIONAIS%20PARA%20A%20ELA>

[BORA%C3%87%C3%83O%20DE%20TRABALHO%20DE%20CONCLUS%C3%83O%20DE%20CURSO%20DE%20GRADUA%C3%87%C3%83O.pdf](#) . Acesso em: 17 set. 2023.

CONFORTINI, Catia Cecilia. Feminist Critical Methodology, peace, and social change. *In*: CONFORTINI, C. (ed.) **Intelligent Compassion: The Women's International League for Peace and Freedom and Feminist Peace**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 19-35.

DUARTE, Raquel Cristina P. **O ecofeminismo e a luta pela igualdade de gênero: uma análise à luz da teoria bidimensional de justiça**. 2015. (Tese Programa de Pós-Graduação e Pesquisa Mestrado em Direito) - Universidade de Caxias do Sul, 2015.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases making feminist sense of international politics**. 2 ed. Berkeley: University of California Press, 2014.

EVANS, Elizabeth. What makes a (third) wave? How and why the third-wave narrative works for contemporary feminists. **International Feminist Journal of Politics**. p. 409-428. 2015. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14616742.2015.1027627>. Acesso em: 17 set. 2023.

EVANS, Elizabeth; CHAMBERLAIN, P. Critical waves: exploring feminist identity, discourse and praxis in western feminism. **Social Movement Studies**, v. 14, n. 4, p. 396-409. 2015. Disponível em: DOI: 10.1080/14742837.2014.964199. Acesso em: 17 set. 2023.

FERREIRA, Maria Luisa Ribeiro. Olhares cruzados sobre o ecofeminismo. **Ephata, Revista Portuguesa de Teologia**. v. 4, n. 2, p. 37-49. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34632/ephata.2022.11381>. Acesso em: 20 set. 2023.

FLORES, Bárbara Nascimento; TREVISAN, Salvador Dal Pozzo. Ecofeminismo e comunidade sustentável. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 11-34. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/TnSBYB7v9CFwpmQtVf8fbCM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 out. 2023.

GARRITY-BOND, Cynthia. Ecofeminist Epistemology in Vandana Shiva's The Feminine Principle of Prakriti and Ivone Gebara's Trinitarian Cosmology. **Sage Journals**. v. 26, n. 2, p. 185-194. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0966735017738660>. Acesso em 15 set. 2023.

GOLDBLUM, Caroline. Françoise d'Eaubonne, à l'origine de la pensée écoféministe. **L'Homme & la Société**. n° 203-204, p. 189-202. 2017. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-l-homme-et-la-societe-2017-1-page-189.htm&wt.src=pdf>. Acesso em: 23 set. 2023.

HALL, Stuart. **Representation: cultural representation and signifying practices**, 2. ed. London: SAGE, 2013.

HERRERO, A. Ecofeminismos: apuntes sobre la dominación gemela de mujeres y naturaleza. In: A. Monjo O. (ed.). **Ecofeminismos y ecologías políticas feministas**. Catalunya: Icaria, 2017.

IMRAN, Muhammad *et al.* Environmental Education and Women: Voices From Pakistan. **SAGE Open**, abril-junho. p. 1-14. 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/21582440211009469>. Acesso em: 24 set. 2023.

IPCC. Summary for Policymakers. In: **Climate Change 2023: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [H. Lee e J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva. p. 1-34. 2023. Disponível em: doi: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.001. Acesso em: 22 out. 2023.

JULIÁN, Isabel Pla; MOLINA, Sandra Guevara de. Towards an integrative approach to sustainability: exploring potential synergies between gender and environment. **Cepal Review**. 2013. Disponível em: [https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/37001/RV1110PlaJulian\\_en.pdf](https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/37001/RV1110PlaJulian_en.pdf). Acesso em: 29 ago. 2023.

KAUL, Nitasha; BUCHANAN, Tom. Misogyny, Authoritarianism, and Climate Change. **Analyses of Social Issues and Public Policy (ASAP)**. v. 23, n. 2, p. 308-333. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/asap.12347>. Acesso em: 14 out. 2023.

KIRJNER, Daniel de Almeida Pinto. **Entre Gênero e Espécie: à margem teórica das Ciências Sociais e do Feminismo**. (Tese de doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Brasília. Brasília, 2016. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21138/1/2016\\_DanieldeAlmeidaPintoKirjner.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21138/1/2016_DanieldeAlmeidaPintoKirjner.pdf). Acesso em: 29 set. 2023.

MORTALE, Talita; MOREIRA, Sueli Aparecida; NEIMAN, Zysman. Gênero e meio ambiente em estudo de revisão da pesquisa social sobre desigualdade socio-ambiental no Brasil. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 15, n. 37, p. 169-196. 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/51060/30117>. Acesso em: 30 ago. 2023.

PETERSON, Spike e RUNYAN, Anne Sisson. **Global gender issues in the new millennium**, 3. ed. Boulder: Westview Press, 2010.

PICADO, Jonathan A.; REID, Rebecca A. Mother Nature, Lady Justice: Ecofeminism and Judicial Decision-Making. **Open Judicial Politics**. 2021. Disponível em: <https://open.oregonstate.edu/open-judicial-politics/chapter/mother-nature-lady-justice/>. Acesso em: 28 set. 2023.

PORTO, Adriane Célia de Souza. Ecofeminismos: Fundamentos Teóricos e Práxis Interseccional. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 14, n. 1, p. 221-227, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg>. Acesso em: 28 set. 2023.

POWELL, Jane. Greenham Common Women's Peace Camp changed the world – and my life. **Open Democracy**, 8 nov. 2021. Disponível em:

<https://www.opendemocracy.net/en/opendemocracyuk/greenham-common-womens-peace-camp-changed-the-world-and-my-life/> . Acesso em: 03 out. 2023.

PULEO, Alicia H. Libertad, igualdad, sostenibilidad. Por un ecofeminismo ilustrado. **Revista de Filosofía Moral y Política**, Valladolid, n. 38, jan./jun., p. 39-59. 2008. Disponível em: <https://isegoria.revistas.csic.es/index.php/isegoria/article/view/402>. Acesso em: 27 ago. 2023.

PULEO, Alícia H. Los ecofeminismos en su diversidad. *In*: PULEO, Alícia H. **Ecofeminismo: para otro mundo posible**. Segunda Edição. Valência, Ediciones Cátedra Universitat de València-Instituto de la Mujer, 2014, p. 29-85.

ROCHELEAU, Dianne *et al.* Gender and Environment. *In*: ROCHELEAU, Dianne *et al.* **Feminist Political Ecology: Global Issues and Local Experiences**. London: Routledge, 1996.

SALLEH, Ariel. **Ecofeminism as Politics: Nature, Marx and the Postmodern**. Londres: Zed Books, 2017.

SALLEH, Ariel. Ecofeminismo materialista: uma entrevista com Ariel Salleh. [abril 2023]. Entrevistador: Tica Moreno. **Capire**. Disponível em: <https://capiremov.org/entrevista/ecofeminismo-materialista-uma-entrevista-com-ariel-salleh/>. Acesso em: 12 set. 2023.

SHEPHERD, Laura. **Gender matters in global politics: a feminist introduction to international relations**. New York: Routledge, 2015.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria. **Ecofeminism**. London: Zed Books, 2014.

SILIPRANDI, Emma. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. *In*: PETERSON, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 139-152. Disponível em: [http://bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/11465/373/1/ASPTA\\_agricultura\\_familiar\\_camponesa\\_constru%C3%A7%C3%A3o\\_futuro.pdf#page=139](http://bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/11465/373/1/ASPTA_agricultura_familiar_camponesa_constru%C3%A7%C3%A3o_futuro.pdf#page=139). Acesso em 23 out. 2023.

SIQUEIRA, Simone Maria Bezerra. **Mulher negra e natureza: Um olhar ecofeminista em Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo**. 2023. (Dissertação de mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Rural de Pernambuco. Recife, 2023. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede/bitstream/tede2/9244/2/Simone%20Maria%20Bezerra%20Siqueira.pdf>. Acesso em 30 ago. 2023.

TICKNER, J. Ann; SJOBERG, Laura. Feminism. *In*: DUNNE, T. *et al.* **International relations theories: discipline and diversity**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

TONI, Ana *et al.* Mulheres e Sustentabilidade. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 5, n.2, p. 108-21. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/15613/13914>. Acesso em: 30 ago. 2023.

UN WOMEN. **Gender Mainstreaming**. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/how-we-work/un-system-coordination/gender-mainstreaming>. Acesso em: 24 out. 2023.

VIEIRA, Jéssica Oliveira. A representação das mulheres em guerra - uma análise do genocídio em Ruanda sob a perspetiva da teoria feminista de relações internacionais. *In*: ZUIN, Débora (ed.). **Pioneirismos do Secretariado Executivo Trilíngue da UFV: trajetória histórica e percursos científicos**. Viçosa: Editora UFV, 2022.

VIEIRA, Jéssica Oliveira. **I felt like a woman: The (mis)representation of women in war - The case of Rwanda**. 2016. (Tese de mestrado em Relações Internacionais e Políticas Democráticas) - University of Westminster. Londres, 2016.

WEBB, Jen. **Understanding Representation**. University of Canberra: SAGE, 2012.

YOUNG, Lorraine Kerlake. Entrevista con Alicia Puleo: reflexiones sobre el ecofeminismo. **Feminismo/s**. v.2, p. 47-56. 2013. Disponível em: [https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/39791/1/Feminismos\\_22\\_04.pdf](https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/39791/1/Feminismos_22_04.pdf). Acesso em: 15 set. 2023.

ZALEWSKI, Marysia. Feminist International Relations: making sense. *In*: SHEPHERD, L. (ed). **Gender matters in global politics: a feminist introduction to international relations**. New York: Routledge, 2015, p. 3-13.